

PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA UTF/BRA/083/BRA

**NOVA ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA E SOCIAL DA AGRICULTURA
FAMILIAR BRASILEIRA – UMA NECESSIDADE**

**A JUVENTUDE RURAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS:
IDENTIDADE E REIVINDICAÇÃO POR
DIREITOS SOCIAIS**

Autor: Sérgio Botton Barcellos



Rio de Janeiro, julho 2016

A JUVENTUDE RURAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: IDENTIDADE E REIVINDICAÇÃO POR DIREITOS SOCIAIS

Sérgio Botton Barcellos¹

RESUMO

As condições de vida de um jovem no contexto rural brasileiro possibilitam elaborar questões sobre as construções identitárias da categoria e sua organização na reivindicação de direitos sociais e políticas públicas. A questão central colocada para esse ensaio diz respeito a como está ocorrendo o processo de configuração das políticas públicas para a juventude rural no âmbito do governo federal. Observar e problematizar esse processo político implicará em uma discussão sobre a situação social dos (as) jovens que estão situados no espaço rural brasileiro e como se organizam politicamente e reivindicam políticas públicas. Desse modo, pretende-se discutir os principais aspectos sobre o contexto social em que se deu a formação dessas políticas públicas, como se situa a categoria da juventude rural e suas demandas nesse processo, bem como os desafios e as possibilidades para pensar esse ator político.

Palavras-chave: juventude rural; políticas públicas; identidade; contexto rural.

INTRODUÇÃO

As condições de vida de um (a) jovem no contexto rural brasileiro possibilitam elaborar questões sobre as construções geracionais e identitárias da categoria e suas disputas, assim como as próprias relações de hierarquia reproduzidas nesses processos, cujos discursos dão destaque ao papel ocupado pelos (as) jovens. O jovem, como categoria, porta o "peso" da transitoriedade e, portanto, é tratado como categoria social sobre a qual se deve atuar e tende a não ser percebida pelas suas configurações como ator social. Essas relações são reveladoras das disputas de significados de outra categoria social denominada juventude rural e da posição que as pessoas assim identificadas ocupam na hierarquia das relações sociais (CASTRO, 2009).

Registra-se que desde os anos 2000, em especial, um campo interinstitucional e acadêmico de reflexão foi se configurando, no qual os dados sobre a realidade dessa juventude rural, como o êxodo rural, falta de condições de vida, envelhecimento, sair ou ficar no espaço rural passam a ser tratados como uma questão com certa relevância seja no governo

¹ Professor Adjunto na área de Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e Professor no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: sergiobbarcellos@hotmail.com

federal, seja no meio acadêmico (CASTRO, 2005).

Assim, a questão norteadora para esse trabalho é: Na configuração das políticas públicas para a juventude rural quais são os debates políticos e as nuances que estão contidas nesse processo?

O objetivo geral para esse artigo é descrever e problematizar o processo de configuração das políticas públicas para a juventude rural no Brasil. Esse objetivo desdobra-se de forma específica em analisar o histórico de constituição dessas políticas públicas nos últimos anos, ou seja, no período entre 2003-2016². Além disso, será problematizado quais são os principais aspectos que estão contidos no debate político entre organizações e movimentos sociais sobre possibilidades e limites nas políticas públicas para a juventude rural.

Desse modo, tentarei³ aferir a lente analítica para refletir também sobre um *campo* que disputa os significados da *juventude rural* na sociedade e no Estado⁴. Assim, será problematizado nesse ensaio, mesmo que de forma breve, o histórico atual das políticas públicas para a juventude rural, no âmbito do governo federal, no Brasil. Considera-se a inter-relação desse campo com outros no qual tanto as organizações e os movimentos sociais como os atores passam a fazer parte das dinâmicas de disputa e acordos, inclusive com a circulação de atores, proposições e posições políticas que intercalam semelhanças e divergências (CASTRO, 2010).

Para essa discussão a metodologia será qualitativa e a proposta é que a partir de uma revisão bibliográfica e de procedimentos metodológicos já adotados pelo autor em Barcellos (2014) e no ano de 2016 (observação participante, entrevista semiestruturada e análise documental) seja possível realizar uma problematização acerca da questão contemporânea do processo identitário da juventude rural em meio às reivindicações de políticas públicas junto

2 O recorte temporal dessa pesquisa tende a considerar, mais especificamente, a constituição das políticas públicas para a juventude rural a partir do ano 2003, período no qual o Estado no Brasil iniciou a inserção e um debate com caráter específico da juventude rural na agenda das políticas públicas. Entretanto, será descrito e problematizado o conjunto de aspectos históricos que constituem e se articulam a esse processo.

3 A linguagem utilizada para a elaboração desse trabalho será preferencialmente em primeira pessoa quando for relativa à minha tomada de posição enquanto pesquisador (BECKER, 1977). Contudo, a voz passiva será acionada no decorrer do estudo, quando trarei leituras e bibliografias para a discussão, a opinião de algum autor ou ator de pesquisa.

4 Em Gramsci (1984), pode-se observar esse processo a partir da noção de Estado ampliado. Entendo que essa noção permite compreender a existência de uma tentativa de equilíbrio entre Estado e sociedade civil, e de certa forma, auxilia na reflexão sobre a internacionalização do Estado e da sociedade civil, desde organismos internacionais criados no período do Acordo de Bretton Woods na década de 1940, sindicatos, empresas transnacionais e aparelhos do Estado atuando em nível internacional e outras organizações sociais que influenciaram na definição da política hegemônica global no século XX e XXI.

ao Estado. Além disso, há no conjunto do artigo ideias trabalhadas pelo autor em Barcellos e Mansan (2014) e Castro e Barcellos (2015).

Na primeira parte desse ensaio será abordado um breve resgate histórico sobre a configuração das políticas públicas para a juventude rural e as suas nuances políticas entre os anos de 2003 até dezembro de 2016. A segunda parte que compõe essa reflexão é abordada algumas pautas e reivindicações das organizações e movimentos sociais em juventude rural em interface com o debate sobre a disputa pelo sentido dessas políticas públicas⁵.

1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE RURAL: APONTAMENTOS E ANÁLISE NOS ÚLTIMOS ANOS (2005-2016)

Desde o século XIX pessoas em faixa etária considerada jovem foram alvo de ações do Estado no Brasil. Além do Exército, outras instituições de Estado e mesmo outros setores da sociedade na época participaram do debate sobre o destino de jovens, principalmente aqueles que eram pobres. Por exemplo, com a transição do trabalho escravo para o trabalho considerado livre, a questão do destino do indivíduo considerado jovem e pobre passou a ser de interesse também de proprietários rurais, preocupados em criar um mercado de mão de obra para suas lavouras no Brasil República. Nesse contexto é que parece ser possível situar os debates que giravam em torno da necessidade de se criar um Ensino Primário aliado à agricultura (CASSAB, 2010). Muitos jovens em condição de “marginalidade social” na época tiveram como destino as colônias agrícolas correcionais, a partir de 1890, por meio da aplicação do Código Penal⁶.

Alguns estudos acadêmicos consideram que em um período mais recente ações governamentais focadas na juventude se intensificaram a partir de 1997. No caso do Brasil, Rua (1998) e Macedo e Castro (2006), em trabalhos com diferentes perspectivas, no qual realizam um balanço das políticas públicas de juventude na década de 1990, discutiram como os jovens passaram a ser considerados beneficiários de políticas sociais destinadas a todas as demais faixas etárias em um período histórico mais atual.

A maior parte das políticas públicas que tratam (de forma transversal ou focada) a juventude como foco estão concentradas no meio urbano. Tal fato justifica-se, em grande

⁵ Problematização realizada por Barcellos (2012) em palestra contida em Menezes et al. (2014).

⁶ No Código Penal de 1890, previa-se o encaminhamento dos jovens, acusados de vadiagem ou de outros crimes para as instituições de correção. Os dispositivos, presentes no Livro III do Código Penal, estipulavam as penas para aqueles que praticassem a vadiagem: mendigos, ébrios, vadios e capoeiras. Era explícita a intenção de inibir a ociosidade e estimular o trabalho como valor e garantia da cidadania.

medida, devido à aglomeração da maioria desse público nos espaços urbanos do Brasil. Entretanto, do ponto de vista sociológico, a construção dessa categoria social (juventude, juventudes, jovem rural, jovem do campo, juventude rural, juventude camponesa ou outro), não pode ser lida como algo a ser naturalizado, o quê será problematizado a seguir no texto.

Também se registra que no Brasil a juventude, com uma identidade religiosa e política no espaço rural, já se organizava politicamente desde a década de 1940, como Juventude Agrária Católica (JAC), com ações no sul e nordeste do país, e a partir de 1950 ampliou-se por todo o Brasil (SILVA, 2006; PJR, 2013). Também se registra em 1952 a criação dos Clubes 4-S (Saber, Sentir, Saúde, Servir) pela Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) – Minas Gerais (MG), réplica da iniciativa americana Clubs FourH (Head, Heart, Hands, Health), que tinham como foco atuar entre jovens de 10 a 21 anos de idade com um princípio difusionista de extensão rural (GOMES, 2013).

A partir desses acontecimentos, recentemente, desde os anos 2000 em especial, um campo interinstitucional e acadêmico de reflexão foi se configurando ao longo dos últimos anos, no qual os dados sobre a realidade dessa juventude rural, como o êxodo rural, falta de condições de vida, envelhecimento, sair ou ficar no espaço rural passam a ser tratados como uma questão com certa relevância para as Ciências Sociais (CASTRO, 2005).

No Brasil um marco importante para a institucionalização das políticas públicas de juventude foi a criação da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ)⁷, no ano de 2005, órgão que compõe a Secretaria Geral da Presidência da República e a criação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem)⁸, que foi considerado pelo governo como uma das principais iniciativas para a juventude constituídas nos últimos anos. No mesmo ano ocorreu a constituição do Conselho Nacional da Juventude (Conjuve), composto por 2/3 de representantes da sociedade civil (diversas entidades, organizações e movimentos sociais rurais e urbanos) e 1/3 de representação de representantes governamentais (SNJ, 2010). No mesmo ano, a linha Jovem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o selo Nossa Primeira Terra (NPT) no Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) são formulados e passam a vigorar a partir do ano de 2004⁹.

⁷ A SNJ tem o objetivo de elaborar, propor e discutir as políticas públicas direcionadas para a população jovem no Brasil, bem como representá-los em espaços internacionais que sejam de interesse nacional (SNJ, 2011).

⁸ O ProJovem foi instituído em fevereiro de 2005, pela Medida Provisória 238, já convertida na Lei n. 11.129, de 30 de junho de 2005. Em 2007, por meio da Medida Provisória n. 411, de 28 de dezembro desse ano, transformada na Lei n. 11.692, de 10 de maio de 2008, o Governo Federal, no sentido de tornar mais eficazes as políticas públicas federais voltadas à juventude, ampliou o ProJovem para quatro modalidades: Adolescente, Urbano, Trabalhador e Campo. Seu público alvo foram jovens entre 18 e 24 anos de idade que concluíram o ensino fundamental e que não possuíam vínculo empregatício.

⁹ Uma análise detalhada dessas duas políticas entre os anos de 2004-2014 podem ser encontradas em Barcellos

Junto a esse processo, estava ocorrendo a mobilização do grupo social da juventude rural, que além de estar sendo refletida em toda a sociedade, também atinge o Estado e, conseqüentemente, as políticas públicas. Além desses espaços, no âmbito do governo federal, foram construídas ações, políticas e programas direcionados para a juventude, como os Comitês de Juventude nos Territórios Rurais da Cidadania, ações internacionais no âmbito do Mercosul, como a Reunião Especializada de Jovens (REJ)¹⁰ no âmbito da Reunião Especializada da Agricultura Familiar (REAF) e mais recentemente, no ano de 2011, foi criado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Neste sentido, nesse período foram geradas políticas específicas para agricultores familiares, populações quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas etc., além de programas específicos de gênero e para o segmento de jovens. Em meio a essa conjuntura, no âmbito do governo federal – juntamente com os segmentos da sociedade civil que participam de instâncias de participação social –, ocorreu a criação de diversos espaços de discussão e formulação de ações políticas direcionadas para a juventude rural, como o Comitê Permanente de Juventude Rural (CPJR) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) e o Grupo de Trabalho de Políticas Públicas em Juventude Rural da SNJ.

Além disso, *jovem, juventude, jovem rural* são categorias aglutinadoras de atuação política: jovens do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf); juventudes partidárias; juventudes vinculadas a Organizações Não-Governamentais (Ongs); Pastoral da Juventude, Pastoral da Juventude Rural (PJR), grupo de jovens de igrejas evangélicas, Juventude do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (CASTRO, 2005; 2013)¹¹. Nesse processo de formulação de políticas

(2014).

¹⁰ A REJ é um órgão consultor do Mercosul sobre a Juventude. Trata-se de um grupo especializado em políticas voltadas a juventude que atua no âmbito dos países membros do Mercosul. Mais informações em: <http://www.juventude.gov.br/internacional/reuniao-especializada-de-juventude-rej>. Acessado em 09/01/14.

¹¹ Em meio a esses espaços institucionais de debate e formulação de políticas públicas, as organizações e movimentos sociais que atuavam e ainda atuam nos espaços de discussões, debates e decisões em relação à constituição das políticas públicas direcionadas para a juventude rural no âmbito do governo federal são as seguintes: CONTAG, FETRAF, PJR e o MOC. No caso das organizações que integram o CONDRAF: a Coordenação Nacional de Quilombos (CONAQ); a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB); o Instituto Aliança (IA); a Escola de Formação Quilombo dos Palmares – INSTITUTO EQUIP; a REDE CEFFAs; o SERTA; e a União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes). Também participam desses espaços, como convidados ou no papel de assessores técnico-acadêmicos, pesquisadores de universidades e ONGs. A Via Campesina também, por meio do MST, MAB, MPA, MMC e da PJR, passou ao longo do tempo a dialogar com o governo para negociação de suas pautas políticas e atualmente participa desses espaços (BARCELLOS, 2014).

públicas para a juventude, e em especial para a juventude rural no Brasil, é evidente a crescente presença das organizações formando e conquistando espaços na sociedade civil e nos espaços políticos de participação social de governo.

Conforme consta em Barcellos (2014) de forma mais detalhada, concomitante a esse processo no Estado, uma série de encontros e eventos ocorreram no Brasil e na América Latina, abordando de forma específica ou transversal a juventude rural. É pertinente descrevê-los como acontecimentos que foram influenciados ou influenciaram nesse processo de configuração das políticas públicas para a juventude rural no Brasil. Ao mesmo tempo, observou-se nesse período que diversos governos municipais e estaduais criaram órgãos gestores de juventude e reforçaram ações visando à participação dos (as) jovens na elaboração das políticas públicas e incentivo de organizações associativas.

Dessa forma, entre 2010 até o ano de 2012, observou-se, nos espaços institucionais do Governo Federal, que as principais articulações e movimentações políticas que possivelmente influenciaram na reconfiguração política e temática das políticas públicas para a juventude rural na agenda de Estado foram: a mudança de status do Grupo de Trabalho em Juventude Rural para Comitê de políticas públicas para a Juventude Rural no Condraf - MDA e o retorno da Assessoria de Juventude no MDA em 2011; o direcionamento da Secretaria Nacional de Juventude para a diversidade de populações excluídas e mais invisibilizadas e a estruturação da Coordenação-Geral de Políticas Transversais que resultou na formação do Grupo de Trabalho em Juventude Rural da Secretaria Nacional de Juventude; realização da II Conferência Nacional de Juventude e do I Seminário Nacional Juventude Rural e Políticas Públicas; e as constantes audiências e reuniões promovidas pelas organizações e movimentos sociais com a Secretaria Geral da Presidência da República (BARCELLOS, 2014, CASTRO; BARCELLOS, 2015).

Em 2013, para além do esforço de articulação e fortalecimento da agenda com intensa participação dos movimentos sociais e organismos do governo federal, foi possível observar alguns avanços em relação às políticas públicas para a juventude rural. No MDA, por exemplo, foram realizados ajustes em alguns trâmites burocráticos e no percentual de juros sobre o Pronaf-Jovem e o PNCF linha Jovem, bem como o lançamento do Pronatec Campo para os (as) jovens que vivem no meio rural. Ainda nesse ano, a SNJ iniciou a articulação política de um programa emergencial¹² com foco no fortalecimento da autonomia econômica e

¹² No mês de setembro de 2013 a SNJ promoveu um debate com as representações políticas das organizações e movimentos sociais em juventude rural, para discutir as ações que integrariam o Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural (PAJUR). O evento foi denominado como “Diálogos com a Juventude Rural”.

social da juventude rural ancorada na formação, geração de renda e ampliação do acesso às políticas públicas. Foram lançadas duas iniciativas: Estação Juventude Itinerante¹³ (cinco estações conveniadas) e o Curso de Formação Agroecológica e Cidadã para a Geração de Renda, projeto piloto realizado com 600 jovens¹⁴.

Nesse mesmo ano, após 10 anos de negociações políticas e trâmites no Congresso, o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852)¹⁵ foi sancionado em 05 de agosto de 2013. Essa lei também deu aporte à "PEC da Juventude 42/2008", que incluiu o termo Jovem no Capítulo VII da Constituição Federal. A partir dessa lei, ocorreu o processo de criação do Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve). Nesse Estatuto, em relação à juventude rural, existem três menções específicas: uma quando se refere ao transporte escolar, outro quando se refere ao que se denomina fruição cultural e outro artigo que se refere à inserção produtiva da juventude nos mercados de trabalho e econômico.

Após isso, nesse mesmo ano, o evento que mobilizou as organizações e movimentos sociais em juventude rural foi a II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (II CNDRSS), em Brasília – DF. Como um dos processos de mobilização ocorreu a Conferência Setorial de Juventude Rural em junho, em Glória de Goitá/PE. Destaca-se, que na abertura da Conferência Nacional foi lançado o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) que integra ações direcionadas a juventude rural.

Diante disso, em um levantamento realizado entre 2011 e 2014 foi possível visualizar pelo menos 20 ações de outras áreas do governo federal que abrangem, mesmo que de forma indireta, políticas para a juventude rural. As iniciativas são de diferentes modalidades, desde programas, chamadas públicas até a criação de prêmios. Essas políticas direcionadas para a juventude rural fazem parte do marco da Política Nacional de Juventude ou de iniciativas dos órgãos federais para responder as demandas pautadas pelas organizações e movimentos sociais. Foram identificadas, em geral, três formas de apresentação dos pleitos na pesquisa: 1) as resoluções de conferências ou seminários realizados pelo governo; 2) a participação em

13 O Programa Estação Juventude foi divulgado com o objetivo de ampliar o acesso de jovens – sobretudo aqueles que vivem em áreas de vulnerabilidades sociais – às políticas, programas e ações integradas que assegurem seus direitos de cidadania e ampliem a sua inclusão e participação social. O objetivo do programa também foi oferecer tecnologias sociais para o desenvolvimento de políticas para juventude, permanentes e locais para e com a juventude em grupos juvenis de produção cultural, inclusão digital e esporte, entre outros.

14 Os cursos foram desenvolvidos entre a SNJ junto com a Universidade de Brasília e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

15 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acessado em 17/11/13.

comitês e reuniões setoriais sobre o tema; e 3) nas pautas de reivindicações de organizações e movimentos sociais em juventude rural (BARCELLOS, 2014)¹⁶.

Em seguida vale destacar outro evento que abordou as políticas públicas para a juventude rural, a III Conferência Nacional de Juventude, que ocorreu em dezembro de 2015. Essa Conferência foi apoiada pelo MDA com a realização de etapas territoriais em 130 territórios rurais de todas as regiões do país. Após os eventos estaduais diversos jovens rurais participaram do evento nacional em Brasília e se mobilizaram para a aprovação de diversas propostas relativas a políticas para o campo, para as florestas e para as águas. Após a Conferência, em fevereiro de 2016, os (as) representantes de organizações e movimentos sociais do campo se reuniram em Brasília para a Oficina de Diálogos do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural¹⁷.

A partir de manifestações, mobilizações, congressos e eventos realizados em um período histórico mais recente foi formulado e lançado, em maio de 2016, o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural. O conjunto das ações do Plano se orienta por cinco diretrizes fundamentais¹⁸, que são: garantia dos direitos sociais e da juventude; garantia de acesso a serviços públicos e às atividades produtivas com geração de renda e promoção do desenvolvimento sustentável e solidário; estímulo e fortalecimento das redes da juventude nos territórios rurais; valorização das identidades e diversidades individual e coletiva da juventude rural; atuação transparente, democrática, participativa e integrada dos órgãos da administração pública federal com os governos estaduais, distrital e municipais e com a sociedade. As ações do Plano estão contidas no Plano Plurianual 2016-2019 (MDA, 2015).

No decorrer desse processo se percebeu que os atores desenvolveram atividades políticas entre as agências internacionais (Banco Mundial, ONU - Unesco e FAO), o governo federal e com as organizações e movimentos sociais rurais (via CONTAG em grande medida) e configuraram situações de acordo e enfrentamento na formulação de projetos de cooperação técnica e financeira.

¹⁶ As formulações apresentadas na I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável; na II Conferência Nacional de Juventude; no Relatório do Grupo de Trabalho sobre Juventude Rural do CONDRAF e no Relatório do I Seminário Nacional Juventude Rural e Políticas Públicas contêm de forma detalhada o conjunto das demandas de políticas públicas para a juventude rural (BARCELLOS, 2014).

¹⁷ Mais informações estão disponíveis em: <http://www.agroecologia.org.br/2016/03/01/juventude-e-sucessao-rural-em-debate/>.

¹⁸ Os seus objetivos são: ampliar o acesso da juventude do campo, das florestas e das águas aos serviços públicos; propiciar o acesso a terra e a oportunidades de trabalho e renda, por meio de inclusão produtiva; e ampliar e qualificar a participação da juventude rural nos espaços decisórios, especialmente das políticas públicas da agricultura familiar e reforma agrária.

Ao longo do percurso histórico descrito, observa-se que o fluxo político que os atores e o tema da juventude rural percorreram na formulação desses programas foi construído, em grande parte, a partir de uma série de reivindicações, reuniões e seminários. Nesses espaços, além da apresentação e discussão de propostas, foram identificadas questões consideradas como possíveis “problemas ou entraves” pelas organizações e movimentos sociais. Contudo, na avaliação das organizações e movimentos sociais, por parte do governo federal se observou entre os anos de 2006 e 2014, diferente do ano de 2015 até janeiro de 2017, poucas respostas do MDA ou a ausência de mudanças que fossem consideradas significativas nas políticas públicas de governo como um todo.

Nesse processo foi notado que há um sentido dado à categoria juventude rural, ou jovens do campo, que o Estado passou a selecionar como público-alvo ou beneficiário para as políticas públicas, tentando unificar grupos sociais e identitários distintos que vivem no campo e na floresta, como extrativistas, seringueiros/as, quebradeiras de coco babaçu, pescadores (as), marisqueiros (as), agricultores (as) familiares, trabalhadores (as) assalariados(as) rurais, meeiros, posseiros, arrendeiros (as), acampados(as) e assentados(as) da reforma agrária, artesãos(ãs) rurais (CONDRAF, 2010). Entretanto, essa tentativa de unificação, ao denominar esse grupo social tão diverso como “juventude rural”, não necessariamente foi aceita inteiramente pelos grupos em juventude, os quais reivindicavam outras identidades, seja para sua organização cultural ou política como jovens quilombolas, juventude dos povos de terreiro, jovens dos povos da água etc.

Porém, é possível que com o passar dos anos outras gerações irão construir outras identidades e outras possibilidades para a ação, sejam elas de cunho político, cultural, ambiental etc. Assim, o que forma uma geração não é apenas a idade e a condição biológica, mas processos sociais em que pessoas compartilham saberes, valores, culturas e acontecimentos em um determinado período histórico. De acordo com Abrams (1982) a relação entre duas dimensões da história que emergem no tempo social, ou seja, a sociedade e a identidade são geradas reciprocamente.

A juventude rural se for pensada em perspectiva geracional, pode ser um lócus epistemológico que possibilita a reflexão do conceito de geração, articulado ao olhar sobre essa identidade política frente à realidade social do Brasil. Uma geração é construída, como no caso da juventude rural, a partir de recursos e significados que estão socialmente e historicamente disponíveis em uma determinada conjuntura e contexto político.

Percebeu-se ao longo desse processo que a categoria juventude rural, seja nas políticas públicas, seja como identidade nas organizações e movimentos sociais, é influenciada e está interseccionada pela construção de outra identidade, que é a da agricultura familiar, a qual está atualmente sendo reconstruída com um sentido que procura se distanciar de conotações como algo atrasado, pobre, ineficiente e atrelado ao abandono do espaço rural, visão esta que a noção de trabalhador rural ou pequena produção supostamente carregava. A categoria agricultura familiar vem sendo ressignificada de forma positivada, como produtora de alimentos, moderna, eficiente, sustentável e capaz de gerar desenvolvimento econômico etc. Exemplo tácito disso é a ideia de que os agricultores familiares, em especial depois da divulgação do último censo agropecuário (2006), são os atores que “levam os alimentos à mesa dos brasileiros”, buscando o reconhecimento sobre este importante papel que exercem (PICOLOTTO, 2011). Dessa forma, percebe-se que não há uma cisão ou “evolução” de uma geração para outra, mas sim uma convivência interdependente entre as gerações, em especial entre os grupos de jovens, adultos e idosos que optam em ficar e construir seus projetos de vida no contexto rural. Desse modo, foi possível perceber, em uma mesma configuração social, distintas relações entre grupos e atores, porque existem diferentes graus de coesão e dependência social entre esses atores¹⁹ (ELIAS, 1994).

No caso do Brasil e da juventude rural, ao problematizar a agricultura familiar ou camponesa, é importante perceber que além da disputa política contida sobre essa categoria, há um trânsito entre conceitos teóricos e categorias políticas que precisam ser compreendidos e ter sua gênese minimamente mapeada, para poder evidenciar as nuances desse processo social e melhor situar os diversos projetos em disputa entre e para a representação dos agricultores (MEDEIROS, 2002). Desse modo, atenta-se que a juventude (juventudes, jovem rural, jovem do campo, juventude rural, juventude camponesa ou outro), do ponto de vista sociológico, não pode ser lida como algo a ser naturalizado e cabe ser questionado e refletido. Essas figurações possuem peculiaridades estruturais, pois seres humanos singulares convivem uns com os outros em figurações determinadas e que se transformam (ELIAS, 2006)²⁰.

19 Os atores experimentam as suas vivências entre necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura das mais complexas maneiras e (muitas vezes, mas nem sempre, por meio das estruturas de classe resultantes) podem agir, por sua vez, sobre uma situação determinada na qual as posições dos atores têm as influências da regionalização e das projeções históricas, políticas e ideológicas (THOMPSON, 1981).

20 A identificação, que aparece muitas vezes no discurso político de organizações representantes dos atores que se consideram agricultores familiares, relaciona-se à existência de processos e disputas visando o reconhecimento e diferenciação da categoria – o que acontece também com relação a mulheres, jovens, quilombolas e outras categorias –, bem como a constituição de formas de atuação que evocam a formação de singularidades entre esses atores. Nesse sentido, se pensadas em termos de *atividade/processo*, as estruturas de personalidade dos atores e as estruturas sociais não serão consideradas como se fossem fixas, mas sim como

Assim, nesse conjunto de elementos até então discutidos, considera-se que as organizações e movimentos sociais que se identificam como agricultura familiar, como trabalhadores ou como camponeses, organizaram-se e adotaram a identidade “juventude rural” junto ao governo federal. Assim, ao observar o processo de configuração dessas políticas em Barcellos (2014), indiquei a opção por fomentar um determinado tipo de organização social e produtiva no desenvolvimento rural brasileiro em que tanto a questão da juventude rural, quanto a formação da categoria agricultura familiar estão imbrincadas com a opção por políticas públicas centradas na formação técnica e a disponibilização de crédito.

Sob essa perspectiva, de modo mais geral, dialoga-se com a observação feita por Nancy Fraser (2012, s.n) quando a mesma aborda ao reconhecimento identitário:

Esse “modelo identitário”, adotado em diferentes lutas pelo reconhecimento, pretende substituir imagens negativas de si, interiorizadas e impostas pela cultura dominante por uma cultura própria, que, manifestada publicamente, obteria o respeito da sociedade em seu conjunto. Esse modelo traz avanços, mas, ao sobrepor política de reconhecimento e política de identidade, pode engendrar a naturalização da identidade de um grupo e essencializá-la por meio da afirmação da “identidade” e da diferença.

Ao mesmo tempo, conforme foi problematizado em Barcellos (2014), para além das disputas e conflitos entre o Estado e as organizações e movimentos sociais em juventude rural, encontram-se também muitas ações de cooperação e dependência entre Estado e organizações e movimentos sociais, conforme a ideia trazida por Sigaud (2009), a partir de uma rede de relações de compromissos e obrigações. Mesmo que com distinções, essa relação também é considerada fundamental para evidenciar as relações de interdependência na constituição das políticas públicas para a juventude rural.

2 A QUESTÃO DA JUVENTUDE RURAL E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: DIFERENTES ASPECTOS SOBRE UM DEBATE

As motivações e as condições do êxodo de jovens rurais no Brasil foi objeto de debate ao longo dos últimos 12 anos tanto no grupo temático da Secretaria Nacional da Juventude quanto no Comitê Permanente de Juventude Rural do CONDRAF.

mutáveis, enquanto aspectos interdependentes do mesmo desenvolvimento de longo prazo (ELIAS, 1994).

De acordo com o IBGE (2010) cerca de oito milhões de pessoas na faixa etária de 15 a 29 anos, na qual o Estado classifica os jovens no Brasil, vivem no espaço rural brasileiro. Essa é a classificação dos dados censitários no Brasil, mas também precisamos considerar outro critério de classificação que é a pessoa se identificar e se considerar enquanto jovem. A juventude rural, pelos dados censitários mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), representa 27% da população rural, ou seja, o maior grupo etário no meio rural.

No Brasil, em 2000, a população rural era de 31.835.800, dos quais aproximadamente nove milhões eram jovens rurais. Em 2010, uma década depois, temos 29 milhões, com oito milhões de jovens. Ainda, segundo o IBGE (2010), a taxa de êxodo rural no país caiu da tendência de 1,31% entre 1990-2000, para 0,65% entre 2000-2010. A região sudeste foi onde ocorreu o maior êxodo da população rural; as regiões sul e nordeste também tiveram perda da população rural. Entre 2000 e 2010, dois milhões de pessoas deixaram o meio rural aproximadamente, e, dessas, cerca de um milhão são jovens rurais (IBGE, 2010)²¹. Ainda, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2011, estimou-se que no ano de 2011 apenas cerca de sete milhões de pessoas entre 15 a 29 anos estavam residindo no meio rural, sendo a maioria composta por homens.

Contudo, no projeto “Repensando o Conceito de Ruralidade no Brasil: Implicações para as Políticas Públicas” realizado pelo Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola (IICA), com resultados divulgados no ano de 2015²², calcula-se que 36% da população brasileira é rural, diferentemente dos 16% apontados pelo último censo do IBGE. Nessa perspectiva de um rural com uma concepção mais ampliada, diferente da metodologia utilizada no Censo IBGE, estimaram que a população jovem rural atualmente esteja em cerca de 20 milhões de pessoas. Observa-se, que em trabalhos futuros há a necessidade de uma discussão mais aprofundada sobre a questão demográfica relativa à faixa etária jovem no contexto rural.

Constata-se que os (as) jovens migram não apenas em busca de trabalho e educação, mas, também, porque consideram o meio rural pouco atraente em relação a outros contextos. O que tornaria o meio rural “mais atrativo”? Seria relativo a proporcionar mais e melhores

21 Esse conjunto de dados sobre a juventude rural não são dados prontos produzidos pelo IBGE, mas foram sistematizados, como estratégia por parte da colaboração técnica junto à Coordenadoria de Políticas Transversais da SNJ no ano de 2012 com o intuito de chamar a atenção dos gestores do governo e demais grupos sociais sobre a perspectiva de migração e a realidade do (a) no meio rural.

22 Resultados divulgados na I edição de Diálogos sobre o Brasil Rural – “Repensando o conceito de ruralidade no Brasil: implicações para as políticas públicas” que ocorreu em 09 de março de 2015 no MDA, Brasília/DF.

condições de educação, lazer, esportes, atividades culturais e oportunidades de exercer trabalhos e funções diferenciadas, além do cultivo agrícola no meio rural (BARCELLOS, 2014). Quando a juventude não está trabalhando no rural, como e quais os momentos de acesso à cultura e o lazer? O contexto adverso para a juventude rural está também nos dados do Brasil sem Miséria. Dos 16 milhões de habitantes da população que vivem em condição considerada de extrema pobreza, cerca de quatro milhões estão no meio rural (MDS, 2010).

Entretanto, observa-se que pelo conjunto de organizações e movimentos sociais em juventude rural que há uma parcela da juventude que mesmo nesse contexto adverso deseja viver no contexto rural. Mas sob qual condição? Além de um contexto atrativo no meio rural para se viver, há necessidade de acesso a terra. Assim, coloca-se o desafio dos dispositivos da reforma agrária e da distribuição da terra no Brasil.

Há também que se considerar que o (a) jovem rural atualmente até pode ter a expectativa de viver no contexto rural, como espaço em que irá optar pelo desenvolvimento do seu projeto de vida, mas ao mesmo tempo também deseja condições que gerem oportunidades para esse projeto, não apenas as oportunidades já disponíveis, em geral como mão de obra acessória dos ramos do agronegócio.

Sob essa perspectiva, observei ao longo de pesquisas realizadas entre 2011 e 2014 nos espaços de participação e formulação das políticas públicas para a juventude rural, que além dos possíveis benefícios efetivos que essas políticas proporcionaram, há a produção de uma visão “negativada” e que estigmatiza os estilos e projetos de vida que não estejam articulados com a “cara do novo rural brasileiro”, que é moderno, produtivo e rentável. Foi percebido em Barcellos (2014) que a afirmação sobre uma suposta realidade no espaço rural brasileiro, por meio de dados, estudos acadêmicos e técnicos ou até a mídia, tendem a considerar que a diversidade de projetos de vida que não estejam inclusas no modelo do agronegócio ou da agricultura familiar preponderante, por exemplo, são consideradas pobres, possíveis portadoras de miserabilidade e são público-alvo a ser atendido por políticas sociais, por não terem uma renda monetária considerada adequada para o consumo de bens materiais ou por adotar estilos de produção agrícola e de vida não rentáveis na lógica do mercado agroexportador capitalista.

Diante desse conjunto de aspectos questiona-se: Como enfrentar o desafio de pensar política para e com a juventude rural, contemplando o desafio da autonomia? As políticas públicas específicas para a juventude rural, como NPT-PNCF e Pronaf Jovem, também apresentam limites, pois não estão atendendo às demandas e ao anseio da juventude rural. Há

também relatos por parte de jovens em SNJ, 2012 e Barcellos (2014) da fragilidade da infraestrutura quanto ao armazenamento e ao próprio transporte da produção agrícola. Ou seja, situações em que os (as) jovens têm acesso ao crédito, após a difícil aprovação, não têm as condições de desenvolver o projeto produtivo devido a problemas essenciais de infraestrutura no contexto rural. Então, as políticas públicas específicas para a juventude rural não são suficientes, bem como as políticas gerais para o contexto rural direcionadas a agricultura familiar.

Assim, atualmente as políticas públicas são pensadas para o crédito e a produção, mas não se pensa a infraestrutura no espaço rural para além do escoamento da produção do agronegócio. Qual a infraestrutura apropriada para o conjunto da juventude rural no espaço rural atualmente? Outra questão é a participação efetiva e apropriada da juventude nas políticas públicas, na sua gestão, formulação e execução. Para iniciar um ciclo de mudança de paradigma em relação às políticas públicas para a juventude rural é preciso romper com barreiras e preconceitos intergeracionais, com a adultização (pessoas em faixa etária adulta ou jovem, que estão em um “paradoxo adulto” em sua vida e na forma de relação em sociedade) na gestão. A política geralmente é formulada por pessoas que se consideram ou estão em uma faixa etária adulta. Outro desafio nas políticas públicas é a renovação administrativa, com formação continuada e contextualizada de gestores e coordenadores políticos de gestão de política pública.

É preciso, portanto, pensar uma nova política pública para a juventude rural. Então, que novo é este? O que é reivindicado é uma nova política pública, que considere a realidade social do (a) jovem, e considere as diferentes realidades do espaço rural brasileiro. Essas questões são um desafio, tanto para pesquisadores, como gestores, quanto à própria juventude.

Assim, percebe-se que os grupos em juventude rural atualmente não reivindicam apenas políticas públicas específicas, já há setores que debatem a importância de reivindicar políticas públicas *apropriadas e situadas* com as suas demandas e com os variados anseios relacionados aos seus diferentes projetos e formas de vida no contexto rural. As organizações e movimentos sociais em juventude rural, além de reivindicar para o (a) jovem um “pedaço de terra” ou um lote “em seu nome” porque deseja uma mínima autonomia nesse espaço, reivindicam condições apropriadas para não desenvolver apenas atividades agrícolas, mas também outras atividades não essencialmente agrícolas. Podem ser mencionadas: manejo em tecnologias de informação, tecnologias sociais para o trabalho diários (maquinários e tecnologias alternativas ao excessivo esforço físico) em pequenas propriedades; mais

condições de desenvolver em escala as corriqueiras atividades em artesanato, confeitaria ou outras; experimentar e criar alternativas para as culturas sem uso de agrotóxicos etc.

Além das políticas públicas e direitos sociais, não podem ser desconsiderados fatores como a migração, a regulação simbólica cultural, as relações de parentesco, a religiosidade e a influência do Estado no conjunto de aspectos históricos e culturais que constituem a luta em torno de valores constantemente disputados na formação desse grupo social nas diferentes organizações e movimentos sociais. Cabe destacar sobre isso que os diversos relatos dos (as) jovens rurais recolhidos em Castro (2013) e Barcellos (2014) apontam para questões como estarem inseridos em padrões culturais que muitas vezes demandam o trabalho focado constantemente na atividade agrícola, a dificuldade em continuar no espaço rural devido à dificuldade de acesso a terra em condições apropriadas para produzir e viver, bem como a persistência da tutela aos padrões familiares e comunitários.

Sob essa perspectiva, outro debate que aparece em meio à questão da juventude rural é o da migração. Isso pode ser observado, por exemplo, devido à melhora relativa das condições de transporte e a diminuição do tempo entre os deslocamentos entre o espaço urbano e rural devido às transformações territoriais e o crescimento das regiões urbanas e rurais. Além disso, muitos (as) jovens buscam condições de mobilidade para a construção de vínculos relacionados ao acesso a outras condições de educação e saúde, bem como muitas vezes de lazer, esportes, atividades culturais, oportunidades de exercer trabalhos e funções diferenciadas além do cultivo agrícola no contexto rural em que vivem. Associado a esses aspectos, cabe ressaltar, há o trabalho sazonal que envolve um contingente considerável de jovens que se deslocam para outras regiões para atuar atividade agrícola (cana de açúcar, citricultura, colheita de batatas etc.), ou mesmo na comercialização de produtos da tecelagem e outros produtos.

Atualmente sugere-se pensar a migração associada em outros termos, como os da *mobilidade* e o *deslocamento temporário* como componente da dinâmica e das estratégias de vida do (a) jovem no Brasil. Mesmo que muitos (as) jovens não voltem em definitivo ao seu local de origem no contexto rural, ou se desloquem para outros contextos em busca de outras condições, acredita-se que a noção de migração associada à juventude como algo estático e que o (a) jovem tenha que se fixar no espaço rural não seja a questão ou o aspecto mais apropriado para a abordagem sociológica ou estatístico-censitária desse grupo social na contemporaneidade no Brasil.

Além disso, muitas vezes o abandono de determinadas localidades e regiões rurais no Brasil em prol de outros locais não tem relação apenas com a pouca oferta de emprego e baixa renda média, mas tem relação com o fim de ciclos econômicos como o da borracha e o do ouro e início de outros como das monoculturas de soja, cana de açúcar, silvicultura, mineração (prata, ferro e chumbo) etc. Ainda, há o abandono de locais por tragédias ambientais e sociais causadas por empresas e empreendimentos privados e estatais, como recentemente ocorreu na região do Rio Doce em Minas Gerais e em Belo Monte no Pará. Há também, por exemplo, o caso de Ararapira, no Paraná, estudado por Razente (2016)²³ que está sendo ocupada pelo mar.

Diante desse conjunto de aspectos discutidos, percebeu-se que a configuração da identidade política da juventude rural é construída em interdependência no interior e entre as organizações e movimentos sociais, mas também é influenciada e se forma nesses espaços de debate e formulação política no governo, o que também de certa maneira influenciam na forma como o Estado (re) produz a categoria juventude rural nas políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As posições políticas assumidas pelos atores na constituição das políticas públicas para a juventude rural como categoria e a formação dessa identidade política “juventude rural” neste campo social, não podem ser compreendidos de forma separada, independente, mesmo que distintas. Deve-se considerar a complexidade do processo de configuração de uma política pública, as posições assumidas pelos atores nos espaços de sociabilidade (cotidiano, organizações e movimentos sociais) e nos espaços que estes ocupam junto ao Estado.

No âmbito do Estado, juntamente com os grupos da sociedade civil que participam dos espaços promovidos pelo governo desde o ano de 2006, como já mencionei, ocorreu a formação de diversos espaços políticos e a formulação de ações e políticas direcionadas para a juventude rural. Esses espaços e ações foram divulgados e construídos com o intuito de fortalecer e dar visibilidade a identidade juventude rural na sociedade e fomentar experiências em geração de renda e inclusão produtiva que objetivaram torná-los também atuantes em um

23 O livro “Povoações Abandonadas no Brasil” de Nestor Razente lançado em 2016 aborda oito povoações abandonadas (sem nenhum ou com pouquíssimos moradores) no Brasil durante o século 20 como os municípios de Airão Velho (AM), Fordlândia (PA), Biribiri (MG), Desemboque (MG), Ouro Fino (GO), Bom Jesus do Pontal (TO), Cococi (CE) e Ararapira (PR).

processo de debates, formulação e proposição de uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável para o país.

Em relação às posições tomadas pelos representantes políticos governamentais nos últimos 14 anos, deve-se considerar que há a discursividade da direção das organizações e movimentos sociais para a juventude rural, pela qual perpassam sua atuação política e experiências vivenciadas junto ao Estado e aos diferentes governos, partidos, sindicatos em busca de aliados ou em negociação; as pautas relativas às políticas públicas; questões relativas à mobilização da base social das organizações e movimentos sociais; resposta a pressões e informações da sua própria base social ou de adversários políticos; reuniões, encontros e congressos; dentre outras possibilidades de atuação.

Ao longo desse processo social de formulação das políticas públicas para a juventude rural no governo federal foi possível observar os atores envolvidos nesse processo, os objetivos e as estratégias implementadas, o feixe de conceitos acionados no âmbito das políticas públicas, os estudos produzidos na área do desenvolvimento rural acerca das condições de vida da juventude no espaço rural brasileiro e os enfoques adotados para a formulação e implementação de ações e políticas públicas para a juventude rural.

Mesmo que a categoria jovem/juventude rural²⁴ esteja diretamente associada a uma determinada população rural no Brasil, que abrange pequenos produtores pauperizados e sem terra, assentados de reforma agrária, camponeses e trabalhadores rurais assalariados, outros grupos de jovens que vivem no espaço que é considerado rural se organizam politicamente e reivindicam outras identidades veiculadas a formações históricas, culturais e ambientais específicas. Desse modo, é necessário analisar suas interconexões e dimensões históricas vinculadas ao individual e social, não a definição de uma identidade associada mecanicamente à execução de funções sociais.

Ao mesmo tempo em que há avanços em políticas públicas para a juventude rural, o Estado ainda é organizado com uma estrutura interburocrática que dificulta o acesso ao que já está disponível. Observou-se que a visibilidade da agenda e o reconhecimento da juventude como um sujeito de direitos avançaram tanto pelo esforço de institucionalização de ações no âmbito governamental, como pela aprovação dos marcos legais e o aumento da representação política da juventude em instâncias de formulação de políticas públicas.

Entretanto, mesmo com a reivindicação e mobilização nos últimos anos das organizações e movimentos sociais em juventude rural, ao expressarem uma demanda/ sobre

²⁴ Destaca-se que não foram encontrados no campo de estudos sobre a juventude rural, trabalhos que abordem os jovens filhos de grandes proprietários, jovens empresários rurais, ou algum outro setor nesse sentido.

esse tema, isso não foi o suficiente para que suas pautas compusessem a agenda central de formulação de políticas públicas nos últimos anos, diante da diversidade de temas e enfoques que permeiam o tema da juventude no âmbito do Estado brasileiro. E, ainda, para que esse reconhecimento seja de fato marcado pelo direito à autonomia. Além disso, atualmente, não se percebe por parte das organizações e movimentos sociais em juventude rural que estiveram presentes junto ao Estado entre os anos 2003-2016, nos “governos Lula e Dilma”, uma autoavaliação do impacto político das suas participações tão próximas junto a esses governos na construção e no acesso as políticas públicas ou mesmo manifestações e mobilizações junto ao atual “governo Temer” que assumiu após manobra política no Congresso Nacional.

Nessa relação de tempo e espaço social, brevemente exposto nesse ensaio, em que está ocorrendo o processo de formulação de políticas públicas para a juventude rural - pelas organizações e movimentos sociais entre eles e com o Estado, e no interior do próprio Estado nos territórios e nos espaços governamentais no Brasil - vai se configurando o reconhecimento e a formação de identidades e categorias políticas. *Juventude rural, jovens do campo, ou juventude da agricultura familiar e camponesa, quilombolas, faxinalenses, quebradeiras de coco etc.* se aproximam e se diferenciam nessa disputa por caminhos para o reconhecimento dos direitos sociais dessa juventude tão diversa.

Por fim, não há uma total e definitiva compreensão acadêmica acerca da problemática apresentada nesse estudo, que se reportou a um objeto de pesquisa específico e que apresenta outras possibilidades de pesquisa e vieses analíticos. Esse ensaio, que procura ser mais uma contribuição ao debate acadêmico e técnico, tem limitações e se reportou a diversas questões de forma breve, sob o ponto de vista do autor, no sentido de provocar e deixar questões em aberto sobre as “juventudes” que parecem não carecer de modelos ou receitas “para a solução dos seus problemas”, mas que necessitam que suas experiências cotidianas e comunitárias de construção dos seus projetos de vida nos territórios de contexto rural no Brasil sejam valorizadas, respeitadas, apoiadas e viabilizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMS, Ph. **Historical sociology**, Shepton Mallet: Open Books.1992.

BARCELLOS, S.B. **A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil: atores e fluxos políticos nesse processo social**. Orientador: Prof. Dr^a Elisa Guaraná de Castro. Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. 2014. 306p.

BECKER, H. S. "Mundos artísticos e tipos sociais", In: VELHO, Gilberto. **Arte e Sociedade: ensaios de sociologia da arte**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977.

BRASIL/ Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Estado**. 21 de setembro de 1995. 68p.

CASSAB, C. **Refazendo percursos**: considerações acerca das categorias jovem e juventude no Brasil. PERSPECTIVA, Erechim. v.34, n.128, p. 39-51, dezembro.2010.

CASTRO, E. G. **Entre Ficar e Sair**: Uma Etnografia da Construção Social da Categoria Jovem Rural. Rio de Janeiro: Editora Mauad. 2013.

CASTRO, E. G. **O campo das políticas públicas de juventude e o campo político da juventude**: contribuições para a reflexão. Freitas, V; Pappa, F. Juventude em pauta - políticas públicas no Brasil (pp. 281-306). São Paulo: Editora Peirópolis. 2010.

CASTRO, E. G. **Entre Ficar e Sair**: uma etnografia da construção da categoria Jovem rural. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005 (Doutorado em Antropologia). Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Rio de Janeiro: 2005.

CASTRO, E. G; BARCELLOS, S. **Políticas públicas para a juventude rural brasileira**. Grisa, C.; Schneider, S. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil (pp.549-571) Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2015.

ELIAS, N. **Escritos & ensaios 1**: Estado, processo, opinião pública. (Org. F.Neiburg e L.Waizbort), Rio de Janeiro: Jorge Zahar Eds., 2006.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994.

GOMES, L, R. **O jovem dos Clubes 4-S como elemento difusor da modernização das práticas agrícolas em Minas Gerais nas décadas de 1950 e 1960**. Sociedade Brasileira de História da Educação. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/04->. 2013.

GTJR – CONDRAF. **Relatorias das 12 reuniões do Grupo Temático de Juventude Rural – CONDRAF**. 2010.

GRAMSCI, A. **“Alguns pontos de referência preliminares”**. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/gramsci/ano/mes/pontos.htm>. 1984. Acessado em: 18/03/2012.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. 2010. Recuperado em 09 de setembro, 2014, de <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2011. Síntese dos indicadores**. 2011. Recuperado em 18 de novembro, 2014, de http://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/2011/Sintese_Indicadores/sintese_pnad2011.pdf

INCRA. **INCRA destina cinco por cento dos lotes da reforma agrária para jovens.** Disponível em: <http://www.incra.gov.br/incra-destina-cinco-por-cento-dos-lotes-da-reforma-agraria-para-jovens>. Publicado dia 11/04/2013. Acessado em: 02/05/2015.

MDA. **Relatório das Ações do Comitê de Promoção de Políticas para a Juventude Rural CPJR/CONDRAF 2013.** Assessoria de Juventude MDA, 2013, mimeo.

MACEDO E CASTRO, J. P. **UNESCO – Educando os Jovens Cidadãos e Capturando Redes de Interesses:** uma pedagogia da democracia no Brasil. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005 (Doutorado em Antropologia). Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Rio de Janeiro: 2006.

MENEZES, A, P.; STRAPASOLAS, V, L.; BARCELLOS, Sérgio Botton (Orgs.). **Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil.** 1. ed. Brasília - DF: Imprensa Nacional, 2014. v. 1. 268p.

PICOLOTTO, Everton L. **As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política.** Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011 (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Programa de Pós-Graduação de Ciência Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Rio de Janeiro, 2011.

RAZENTE, N. **Povoações abandonadas no Brasil.** Eduel. Londrina (PR), 2016. 326p.

SILVA, Marcelo Saturnino. **Entre o bagaço da cana e a doçura do mel: migrações e identidades da juventude rural.** Campina Grande/PB: UFCG, 2006. (Dissertação de Mestrado).

SNJ. **Relatório do 1º Seminário Nacional de Juventude Rural e Políticas Públicas.** Brasília - DF, 2012. Versão impressa.

SPÓSITO, Marília Pontes, et al.. Juventudes e políticas públicas no Brasil. **Revista brasileira de educação.** Set/out./nov./dez.2003.

SIGAUD, L. A luta de classes em dois atos: notas sobre um ciclo de greves. In: FERNANDES, B. M., MEDEIROS, L. S. de, PAULILO, M. I. (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas:** condições, dilemas e conquistas. O camponato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v.1.

THOMPSON, E.P. **A Miséria da Teoria ou Planetário de Erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. Trad. Waltelsir Dutra. Rio de Janeiro, Ed, Jorge Zahar.1981.